

METODOLOGIA PARTICIPATIVA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL: IMPACTOS SOBRE AS COMUNIDADES URBANAS

Shaji Thomas¹

Resumo

A educação ambiental participativa (EAP) é uma metodologia na qual os atores sociais interagem para solucionar os problemas ambientais enfrentados pelas comunidades. Apesar da existência de vários modelos de educação ambiental (EA), estes são englobados em dois blocos: a educação ambiental conservadora e a educação ambiental transformadora. O artigo analisará o processo não formal de educação ambiental (constituído por campanhas, palestras, caminhadas ecológicas e seminários) nas comunidades urbanas da cidade de Santarém, Pará, coordenado por uma Organização Não Governamental (ONG) da mesma cidade, e as transformações comportamentais dos atores na relação do meio ambiente em áreas específicas, tais como praças, escolas, centros comunitários, igrejas, feiras e domicílios. O maior desafio é encontrar mecanismo adequado de participação das comunidades urbanas no exercício da cidadania.

Palavras-chave: Educação ambiental. Participação. Cidadania. Atores sociais. Comunidade urbana.

1 Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade do Mysore-Índia e Direito pela Universidade Estácio/FAP, Belém, Brasil. Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano pela Universidade da Amazônia (Unama) e Movimentos Sociais e Democracia pelo Centro de Estudos e Documentação Latino-Americano, em Amsterdã, Holanda. Doutorando em Desenvolvimento Sustentável pela UFPA/Naea e bolsista do CNPq. Correio eletrônico: shajithomas@uol.com.br.

Abstract

Participatory environmental education (PEE) is a methodology in which the social actors interact to solve the environmental problems faced by the communities. Despite the existence of various models of environmental education (EE), these can be put into two blocks: the conservative environmental education and transformative environmental education. The article examines the process non-formal environmental education (consisting of campaigns, lectures, ecological walks and seminars) in the urban communities of the city of Santarém in the State of Pará, coordinated by a non-governmental organization from the same city and the behavioural changes of the actors in relationship to specific environmental areas such as parks, schools, community centres, churches, and homes. The biggest challenge is to find out appropriate mechanism of participation by the urban communities in the exercise of citizenship.

Keywords: Environmental education. Participation. Citizenship. Social actors. Urban community.

INTRODUÇÃO

No contexto urbano brasileiro, os problemas socioambientais têm crescido de modo alarmante, e a sua solução está a passos lentos. Todos os centros urbanos, tanto médios como metrópoles, sofrem com violência urbana, enchentes, dificuldades na gestão dos lixos, problemas de saneamento básico, saúde, transporte e poluição. É cada vez mais difícil e complexo transformar esse cenário urbano afetado por tantos agravos socioambientais. Portanto, é de suma importância a implementação de políticas públicas sociais para solucionar esses problemas. As diversas disposições normativas previstas na Constituição da República determinam a participação do cidadão como via necessária de implementação de tais políticas, tanto na atuação voltada para especificar os problemas quanto para sugerir alternativas para solucioná-los. Essas medidas são possíveis quando a população tiver conhecimento de seus direitos e lutar por eles, movida por uma educação ambiental crítica e transformadora.

A relação entre meio ambiente e educação ambiental crítica assume um papel cada vez mais desafiador, demandando a emergência de novos saberes para compreender processos sociais complexos e os riscos ambientais que se intensificam. Como a cidadania tem a ver com a identidade e o pertencimento a uma coletividade, a EA é a forma de exercício dessa cidadania: é uma nova forma de encarar a relação do homem com a natureza, baseada numa nova ética, que pressupõe outros valores morais e uma forma diferente de ver o mundo e os homens (Jacobi, 2003, p. 198).

A educação ambiental em um contexto mais amplo, da educação para a cidadania, é elemento determinante para a consolidação de sujeitos cidadãos. O desafio do fortalecimento da cidadania para a população como um todo, e não para um grupo restrito, concretiza-se pela possibilidade de cada pessoa ser portadora de direitos e deveres, e de se converter, portanto, em ator corresponsável na defesa da qualidade de vida (Loureiro, 2006; Jacobi, 2003).

Na educação não formal, as metodologias operadas no processo de aprendizagem partem da cultura dos indivíduos e dos grupos. Segundo Gohn (2006, p. 31), o método nasce a partir da problematização da vida cotidiana. Os conteúdos emergem a partir dos temas que se colocam como necessidades, carências, desafios, obstáculos ou ações empreendedoras a serem realizadas e não são dados *a priori*, mas construídos no processo de aprendizagem. Nesse processo, os atores sociais se confrontarão entre eles estabelecendo diálogos, ações solidárias etc. Essa dinâmica é evidente na educação ambiental não formal.

SENTIDO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Os conceitos de educação ambiental (EA) começaram a aparecer a partir da segunda metade do século XX e têm se consolidado cada vez mais no século XXI. Mas, para compreender o significado da educação ambiental (EA), primeiramente precisamos conhecer qual é o sentido da educação de que estamos falando. Carlos Loureiro (2003, p. 12) define “a educação sendo uma prática social cujo fim é o aprimoramento humano naquilo que pode ser apreendido e recriado a partir dos diferentes saberes existentes em uma cultura, de acordo com as necessidades e exigências de uma sociedade.” Aqui a educação atua na vida humana no seu desenvolvimento tecnológico e cultural de produção. A educação não é apenas uma

reprodutora do padrão social; ela também atua na atividade reflexiva que tal padrão pode trazer no seu ambiente.

Apesar da existência de várias tendências na EA, podemos distingui-las em dois grandes blocos (Loureiro; Azaziel; Franca, 2003). Um é conservador, caracterizado por reformismo superficial das relações sociais e políticas, valorizando soluções tecnológicas. Esse bloco considera a EA como processo comportamentalista e moral. Já o outro bloco é caracterizado pelas ideias emancipatórias da educação, valorizando a inter-relação da EA com os outros conhecimentos, tanto científicos como populares. Neste contexto, a EA é definida como uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade da vida entre os atores sociais individuais e coletivos no ambiente.

Educação é um processo livre de relação, entre pessoas e grupos, que busca maneiras para reproduzir ou recriar aquilo que é aceito pela sociedade, seja como trabalho ou estilo de vida (Loureiro, 2003). Mas a educação torna-se libertadora quando são aplicados os ideais democráticos e emancipatórios do pensamento crítico à educação. Essa nova visão rompe com a da educação tecnicista, difusora e repassadora de conhecimentos. Nesse processo da aprendizagem, a pessoa consegue assumir a mediação na construção social de conhecimentos implicados na vida de sujeitos. Assim, o sujeito consegue construir sua própria história. Paulo Freire (1997) foi uma das referências fundadoras desse pensamento. A educação profissionalizante, hoje tão valorizada, serve para satisfazer as necessidades do mundo capitalista, mas a opção pela educação libertadora depende da realização do ensino formativo e crítico-reflexivo.

Todo esse processo acontece em um espaço territorialmente percebido, com diferentes escalas de compreensão e intervenção, em que se operam as relações sociedade-natureza. Esse espaço é o ambiente no qual o ser humano interage com a natureza. O ambiente não é mero espaço natural, independente da nossa ação social, e não consiste somente no trabalho, no sentido econômico, mas sim no conjunto de atividades sociais reguladas política e juridicamente numa tradição cultural específica (Loureiro, 2003).

Na opinião de Loureiro (2006), a educação não pode apenas propiciar à pessoa a aptidão para o convívio social e para o trabalho segundo normas preestabelecidas, mas deve formar cidadãos ativos, capazes de conviver em sociedade e, mais do que isso, de decidir sobre como deve ser a sociedade em que querem viver. Assim, a educação se torna uma busca de cidadania.

Na concepção de Dalmo Dallari (2004, p. 66), a educação é “um processo de aprendizagem, ao mesmo tempo em que favorece e propicia o desenvolvimento da pessoa humana”. Nesse sentido, a educação é um direito fundamental de todos. É dever do poder público assegurar esse direito a todos em condições de igualdade.

Quanto ao meio ambiente, este há muito é considerado como uma extensão do direito à vida. Ao longo do tempo, a evolução da posituação da proteção ao meio ambiente tornou-se um imperativo fundamental de sobrevivência da humanidade. Muitos tratam o meio ambiente como essencial para o exercício da cidadania.

No Brasil, a educação ambiental começou a ganhar projeção social e reconhecimento público na década de 1990, após a promulgação da vigente Constituição de 1988. No Capítulo VI, sobre meio ambiente, artigo 225, parágrafo 1º, inciso VI, lê-se a seguinte competência do Poder Público: “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (Brasil, 2005). As conferências das Nações Unidas – de 1992, sobre o tema “Meio Ambiente e Desenvolvimento”, realizadas no Rio de Janeiro; de 1995, em Johannesburg, sobre o tema “Desenvolvimento Social”; e de 1995, em Copenhague, sobre o tema “Desenvolvimento Sustentável” – foram fundamentais para discutir as questões do meio ambiente.

A Lei n. 9.795/99 (regulamentada pelo Decreto n. 4.281, de junho de 2002), dispõe sobre educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e em seu artigo 5º, inciso VII, reconhece como respectivo objetivo o fortalecimento da cidadania e autodeterminação dos povos. E também o Estatuto da Cidade, que estabelece as diretrizes gerais da política urbana, nos termos do artigo 2º, inciso II, da Lei n. 10.257/2001, a qual determina como diretriz geral a gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Além desses esforços, várias iniciativas, tanto públicas como privadas, estão acontecendo em âmbito nacional e internacional na área da EA e visam a formação de uma consciência ambiental dos cidadãos capaz de colaborar para a concretização do desenvolvimento sustentável.

O processo de aprendizagem acontece em três níveis (Gohn, 2006): formal, informal e não formal. A educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados, enquanto a informal

é aquela em que os indivíduos aprendem durante o processo de socialização – na família, bairro, clube, amigos etc. A educação não formal é aquela que se aprende no processo de compartilhamento de experiências das pessoas nos espaços e ações coletivas cotidianas. Este último designa um processo com várias dimensões, como social, política, econômica, religiosa etc., que capacitam os sujeitos enquanto cidadãos do mundo. Na educação não formal, o indivíduo adquire conhecimento de sua própria prática de interpretar o mundo que o cerca.

O conceito de educação não formal é de suma importância quanto analisamos a educação ambiental participativa na construção da cidadania. O objetivo da EA se constrói no processo interativo, que se volta aos interesses e necessidades de quem participa desse processo. A edificação de relações sociais baseadas em princípios de igualdade e justiça social, quando presentes num dado grupo social, fortalece o exercício da cidadania (Gohn, 2006; Melo, 2007). A transmissão de informação e formação política e sociocultural é uma meta na educação não formal.

A educação não formal nasce a partir de problematizações da vida cotidiana – suas necessidades, carências, desafios, obstáculos ou ações empreendedoras a serem realizadas. Supõe a existência da motivação das pessoas que participam. É um processo dinâmico que visa a formação integral dos indivíduos, voltada para o ser humano como um todo, cidadão do mundo, homens e mulheres (Gohn, 2006). Todo esse processo de aprendizagem acontece numa comunidade educativa.

METODOLOGIA DA PARTICIPAÇÃO

Na concepção de Loureiro (2004), a educação ambiental, como elemento de transformação social, inspira-se no fortalecimento dos sujeitos no exercício da cidadania. Aqui a educação é vista como uma atividade social de aprimoramento pela aprendizagem e pelo agir, vinculada aos processos de transformação da sociedade, ruptura com todas as formas de alienação capitalista (Freire, 1997). A metodologia mais apropriada da EA é a participação do sujeito no processo educativo. A participação é um processo que gera a interação entre diferentes atores sociais na definição do espaço comum e do destino coletivo (Loureiro, 2004). As interações acontecem em vários níveis, dependendo dos interesses, valores e percepções dos atores envolvidos. Aqui o indivíduo age como sujeito de sua própria

história, tentando transformar a sociedade por meio da participação ativa nas decisões que afetam sua vida.

A participação popular na preservação do meio ambiente vai além da simples participação nos interesses coletivos da sociedade. Ela é ativa e contínua, com todos os órgãos do poder, em relação às decisões que afetam o ambiente do sujeito na sociedade.

Na educação não formal, as metodologias operadas no processo de aprendizagem partem da cultura dos indivíduos e dos grupos. Segundo Gohn (2006), o método nasce a partir da problematização da vida cotidiana. Os conteúdos emergem a partir dos temas que se colocam como necessidades, carências, desafios, obstáculos ou ações empreendedoras a serem realizadas e não são dados *a priori*, mas construídos no processo de aprendizagem. Nesse processo, os atores sociais se confrontarão entre eles estabelecendo diálogos, ações solidárias etc. Essa dinâmica é evidente na educação ambiental não formal.

A participação popular na preservação do meio ambiente vai além de simples participação nos interesses coletivos da sociedade. Ela deve ser ativa e contínua, com todos os órgãos do poder, em relação às decisões que afetam o ambiente do sujeito na sociedade. A promoção da cidadania, a realização do sujeito histórico e o instrumento para a construção do sentido de responsabilidade dependem do nível dessa participação.

Essa participação tem o seu fundamento no artigo 225 da Constituição Federal, que, ao tratar do meio ambiente, impõe ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Por esse princípio, a sociedade como um todo tem direito de manifestar a sua opinião e o seu referendo sobre a proteção ao meio ambiente, podendo exigir esta proteção como um exercício de legitimação da cidadania e da dignidade humana. Essa participação cidadã pode contribuir, inclusive, com os governos locais no que se refere à elaboração das políticas públicas voltadas ao espaço comunitário.

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente destacou, no artigo 10º da Eco 92, a importância da participação de todos os cidadãos nas questões ambientais. Essa participação estimula nas pessoas a construção da cidadania e, conseqüentemente, a corresponsabilidade pelos projetos ambientais.

As premissas metodológicas, no processo participativo da educação ambiental, são para valorizar o indivíduo na sua estrutura social-natural existente, abrindo espaço para a construção de uma vida digna. Isto

significa, muitas vezes, uma atuação crítica na superação das relações sociais vigentes e uma ruptura com os dominadores. O princípio da participação não apenas se limita às questões educativas ou à formação de opiniões, mas também deve ser estendido às decisões administrativas.

A consciência ambiental é formada mediante o conhecimento do meio ambiente. Esse conhecimento impulsiona as pessoas a tomar atitudes e desenvolver habilidades para resolver seus problemas ambientais e exigir do Estado políticas públicas que amenizem os impactos criados pelos novos processos de desenvolvimento urbano. Portanto, é necessária a participação ativa da população nas questões ambientais. A participação no processo da educação ambiental deve ser permanente, cotidiana e coletiva para que transforme a realidade da vida baseada nos caminhos democráticos, sustentáveis e justos para todos (Loureiro, 2004, p. 81).

O desafio na educação ambiental participativa é dialogar com diferentes interesses. A sociedade humana não é homogênea e harmoniosa, mas formada por uma multiplicidade de grupos sociais dotados de valores, ideologias e interesses heterogêneos, que disputam entre si o privilégio de dirigir o processo social segundo suas posições e interesses (Lima, 2004, p. 90). Cada um desses atores sociais tem concepções e propostas diferentes acerca das questões ambientais. A crise socioambiental não pode ser reduzida às interpretações unidimensionais da realidade do homem, mas envolve todas as relações humanas entre si e com seu ambiente.

Essa crise, que é resultado das diferentes visões de mundo dos atores sociais, tem causado conflitos e tensões entre direitos e deveres, indivíduos e coletividade, público e privado, liberdade e igualdade, mercado e Estado (Loureiro; Azaziel; Franca, 2003). A existência dos conflitos não significa a impossibilidade de consenso. A busca de soluções por meio de negociações e diálogos faz parte do processo democrático. A capacidade de buscar o diálogo, a aproximação e o respeito definem o amadurecimento da participação social e política existente em uma sociedade.

Segundo o estudo conjunto de Loureiro, Azaziel e Franca (2003), o planejamento participativo em educação ambiental serve como lugar de fomento à construção de estratégias não formais para resolução dos conflitos socioambientais, a partir das quais cada grupo social se integra no ambiente. É um processo social que gera a interação entre diferentes atores na definição do espaço comum e do destino coletivo.

Nessas interações ocorrem relações de poder que incidem e se manifestam em níveis distintos, em função dos interesses, valores e percepções dos atores envolvidos.

O maior desafio da construção de uma cidadania ativa no Brasil, num contexto de desigualdade socioeconômica, segundo Jacobi (2003, p. 199), configura-se como elemento determinante para a constituição e o fortalecimento de sujeitos cidadãos que, portadores de direitos e deveres, assumam a importância da abertura de novos espaços de participação. A administração dos riscos ambientais coloca cada vez mais a necessidade de ampliar o envolvimento das comunidades por meio de iniciativas que possibilitem um aumento do nível de consciência ambiental dos moradores, garantindo a informação e a consolidação institucional de canais abertos para a participação com o poder público. A educação ambiental deve destacar os problemas ambientais que decorrem da desordem e degradação da qualidade de vida nas cidades e regiões.

Alguns desafios da metodologia de participação resumidos por Day, McClaran e Moote (*apud* Tacconi, 2002, p. 87) incluem: participação dos grupos dominantes de interesse; participação massiva na identificação do interesse público real; conciliar interesses comuns com os interesses pessoais e custo alto de participação no processo democrático.

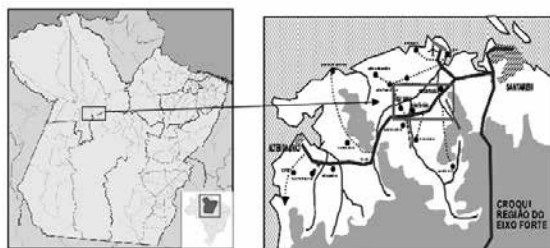
Apesar desses desafios, a participação democrática é essencial na tomada de decisões sobre novos padrões de uso dos recursos, modelos de urbanização, formas de assentamento humano, inovação de processo e condições de trabalho mais satisfatórios. A superação desses desafios depende da construção de novas relações baseadas na negociação, na contratualidade e na gestão conjunta de programas e atividades, o que introduz um novo significado nos processos de formulação e implementação de políticas públicas (Jacobi, 2003, p. 202).

Nesse processo, é importante reforçar a legitimidade e a autonomia dos atores sociais que agem, articuladamente, numa perspectiva de cooperação entre as comunidades locais, ONGs e o poder público. Aqui, a educação ambiental participativa é um estimulante espaço para os atores sociais repensarem suas práticas na construção de uma sociedade ambientalmente sustentável e assim melhorar sua qualidade de vida. A educação para a cidadania representa a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as diversas formas de participação na defesa da qualidade de vida.

RESULTADO DA PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

Os dados da pesquisa foram obtidos por meio de estudo de caso. A área da pesquisa concentra-se nas comunidades que ficam no trecho urbano da rodovia PA-457, que liga a cidade de Santarém à vila de Alter do Chão, no oeste do estado do Pará (figura, 1). Essa área é conhecida popularmente como Eixo-forte, formada por 14 comunidades. Como a pesquisa usa o método qualitativo para análise, optou-se por amostra, pesquisando apenas três comunidades: Cucurunã, São Brás e Irurama.

Figura 1 – Mapa do Pará com as comunidades do Eixo-forte



A escolha dessas comunidades para investigação da pesquisa deu-se por existir a prática de educação ambiental participativa nessas comunidades e devido às transformações que estão acontecendo desde 2003, quando surgiu o Grupo Guardião. Além disso, essas comunidades, historicamente parecidas com muitas outras da região amazônica, diferem pelo amadurecimento da consciência política. A escolha das comunidades também possibilitou ao pesquisador observar o impacto das ações educativas e as mudanças que foram acontecendo.

Este trabalho é fruto da observação das comunidades pelo autor durante cinco anos, de 2003 a 2007. Durante esse período foram implementadas diversas práticas educativas ambientais pelo Grupo Guardião, tais como: reciclagem do lixo orgânico, reutilização do lixo, seminários, palestras, oficinas e romarias ecológicas nas escolas, igrejas e associações. Também foram observadas as transformações dos espaços comunitários a partir de formação do Grupo Guardião, a participação e a percepção das comunidades nas atividades ecológicas e do meio ambiente e as mudanças comportamentais dos participantes.

Foram aplicados 45 questionários semiestruturados entre as principais lideranças das três comunidades para avaliar a participação das comuni-

dades nas questões ambientais. Entre os moradores que preencheram os questionários, 68% eram mulheres, e 32% homens. A idade dos pesquisados varia entre 19 a 68 anos. A maioria, 72%, tinha segundo grau de escolaridade. Entre estes, 30% não conseguiram concluir o curso. Do restante, 14% possuía nível superior e 14% apenas cursou o primeiro grau do ensino fundamental. Este aspecto de escolaridade demonstra que a maioria dos moradores do Eixo-forte recebeu uma educação formal em nível básico. Os pesquisados que afirmaram ter concluído o nível superior de ensino trabalham como professores na região.

Entre os que responderam os questionários, 89% nasceram no município de Santarém e 11% eram naturais de outras cidades. A grande maioria, 91% dos pesquisados, morava há mais de 10 anos na região do Eixo-forte. Este dado é muito importante para conhecer a origem das pessoas que ali residem. A maioria era moradora tradicional da região, e não houve uma migração significativa de população de outras regiões para a área pesquisada.

Entre os pesquisados, 72% trabalham, 11% são aposentados e 17% se encontram desempregados. Dos que se disseram trabalhadores, 72% eram informais, sem carteira do trabalho assinado. Apesar do trabalho, 57% tinha uma renda familiar até um salário mínimo, e 37% percebia até dois salários mínimos. Apenas 6% ganhava mais de dois salários mínimos. Com base nesses dados, podemos concluir que a maioria da população do Eixo-forte sobrevive em condições precárias, e a renda não supre suas necessidades básicas. Pela observação do pesquisador foi constatado que a maioria dos moradores não tem muita opção de trabalho e vive da agricultura familiar, especialmente da produção da farinha de mandioca, pequenas vendas de frutas e fabricação de produtos de artesanato.

Para reforçar e convalidar as respostas dos questionários, a formação de um grupo focal foi essencial. Esse grupo teve a participação de 12 lideranças das três comunidades pesquisadas e se encontrou para discutir a participação das comunidades nas questões ambientais e as principais ações concretas, como possíveis soluções para os problemas que foram identificados pelo grupo. Os grupos focais ajudaram o pesquisador a conhecer qual a percepção dos participantes sobre as mudanças que estão acontecendo nas comunidades e contribuíram para o entendimento das diferentes percepções e atitudes acerca desses fatos e das práticas educativas adotadas por eles com ênfase na temática ambiental.

A maioria das comunidades do Eixo-forte consideradas áreas rurais do município de Santarém, especialmente as que ficam na Rodovia PA-457,

hoje faz parte da expansão urbana de Santarém por sua ligação econômica, política e social com a cidade. Essas áreas vivem em função da cidade e estão interligadas pelo transporte público urbano. Segundo dados fornecidos pelas associações das comunidades, mais de 15 mil pessoas moram na área do Eixo-forte.

Essas comunidades que sobreviviam da agricultura familiar não eram totalmente assistidas pelo poder público local há muito tempo, até que as comunidades começaram a se organizar por meio do Grupo Guardião. As necessidades essenciais, como transporte público, posto de saúde, água tratada, moradia e meio de comunicação, não eram atendidas. A ausência do poder público era substituída pela presença de outras organizações, tais como a Igreja católica, o grupo Guardião e a Associação das Comunidades. Em 2003, com a iniciativa da Igreja, foi fundado um grupo de discussão sobre questões ambientais em Cucurunã. As discussões foram se ampliando com a participação das outras comunidades da área. A partir desses encontros, surgiu o Guardião.

O principal objetivo do Guardião era a preservação do meio ambiente por meio de ações educativas ambientais. Foram feitas atividades, como um concurso de melhor comunidade ecologicamente correta da região, concurso de presépio ecológico, oficinas de reciclagem do lixo nas comunidades, concurso de pintura para alunos de escolas da região com temas ambientais, minicursos de educação ambiental, direito e cidadania. Foram organizadas cinco romarias ecológicas com a participação toda a sociedade organizada da cidade.

A pesquisa também analisou os trabalhos do Guardião nas comunidades do Eixo-Forte. Entre os pesquisados, 84% conhecia o grupo. Apenas 16% não tinha contato com esse grupo. Dos primeiros, todos concordaram que a presença do grupo trouxe mudanças na região. Foram apontadas várias melhorias, dentre elas, os trabalhos com lixo seletivo, a preservação dos espaços comunitários, as questões de organização comunitária, o reflorestamento e a preservação da natureza.

As ações educativas desenvolvidas pelo grupo Guardião resultaram no fortalecimento da cidadania nas comunidades envolvidas, as quais passaram a reivindicar junto ao poder público o direito a investimentos do Estado para sanar as suas diversas necessidades. Durante o período de 2003 a 2007, todas as comunidades pesquisadas conseguiram poços artesanais financiados pelo poder municipal para suprimir suas necessidades de água potável. Além de poço, agora contam com coleta de lixo, transporte

público e posto de saúde. Com todos esses serviços, os moradores alcançaram melhor qualidade de vida. Os centros comunitários, construídos e mantidos pelos moradores, se tornaram espaços de encontros e discussões para a população local.

A partir da sua fundação, em 2003, o grupo Guardião desenvolveu inúmeras atividades de EA em Eixo-forte. A primeira atividade do grupo foi o lançamento da I Romaria Ecológica, que aconteceu na comunidade do Cucurunã no dia 2 de junho de 2003. O projeto de educação ambiental não se encerrou com a realização da romaria, tendo sido marcado por duas grandes etapas: o antes e o depois desta. No primeiro momento, trabalhou-se a consciência ecológica através da arte, desenvolvida nas escolas da região por meio de frases, desenhos ou histórias ligadas ao meio ambiente. Depois, no segundo momento, foram realizados concursos que envolveram a participação dos comunitários em geral, a exemplo dos certames “Comunidade Limpa, Comunidade Linda” e presépio ecológico, sempre antecipado por oficinas de arte natalinas, com a utilização apenas de materiais naturais.

Durante sua atuação, foram realizadas cinco romarias ecológicas com a participação de todas as comunidades da região, inclusive de pessoas vindas das outras cidades vizinhas. A III Romaria Ecológica ocorreu em 3 de julho de 2005, com o tema: “Cuidar da Terra é Semear a Paz”, com a participação de mais de 4 mil romeiros (Guardião, 2005, p. 1).

A atuação do grupo conseguiu forçar o poder público a fazer mais investimentos na área das comunidades beneficiadas (centros culturais, postos de saúde, coleta de lixo, obras de saneamento etc.).

As principais conclusões deste estudo foram: a) o grupo Guardião foi formado pela iniciativa das próprias comunidades, que se preocupavam com a degradação ambiental e o abandono pelo Poder Público; b) apesar das dificuldades de se encontrar, o grupo conseguiu se expandir e receber apoios das várias organizações não governamentais; c) houve uma grande melhoria na qualidade de vida das comunidades nas questões de saúde e educação; d) multiplicaram-se as atividades relacionadas à educação ambiental, como limpeza e arborização dos espaços públicos, coleta e reutilização de recicláveis, caminhadas ecológicas etc.

A pesquisa analisou diversos trabalhos do grupo Guardião nas comunidades do Eixo-Forte. Foram aplicados 45 questionários para avaliar a participação das comunidades nas questões ambientais, bem como as mudanças de comportamento de seus integrantes na luta pelos direitos relacionados a essas questões etc. Entre os pesquisados, 84% conheciam

o Guardião. Apenas, 16% não tinham contato com esse grupo. Mas todos concordaram que a presença de grupo Guardião trouxe mudanças na região. Foram apontadas várias melhorias entre elas, os trabalhos com lixo seletivo, preservação dos espaços comunitários, questões de organização comunitária, reflorestamento e a preservação de natureza foram mais destacadas.

Nesse sentido, é importante ressaltar a mudança do comportamento dos comunitários em relação ao meio ambiente. Cresceu consideravelmente a consciência política das comunidades, resultando na conquista de direitos sociais e ambientais pelos seus atores sociais, que conseguiram do governo local a construção e melhoria das escolas, praças, ruas, sistema de água, espaços culturais e investimento nas ações da cidadania. Foram construídos o espaço cultural de Cucurunã, a escola de ensino médio de São Brás e Irurama, os postos de saúde São Brás e Irurama e os sistemas de abastecimento de água em todas as comunidades. Além de todas essas conquistas, o Guardião conseguiu mobilizar vários movimentos sociais para a promoção de discussões e ações voltadas à temática ambiental. A romaria ecológica hoje reúne mais de 10 mil pessoas, envolvendo escolas, associações, empresas, Igrejas, ONGs e o governo local. As atividades econômicas promovidas pelo grupo incluem minicursos de pintura, plantio de plantas medicinais, artesanato e gerenciamento de ecoturismo, os quais contribuíram na melhoria da situação econômica das famílias do Eixo-forte.

A consciência dos seus direitos, adquirida por meio das interações, ajudou as comunidades a reivindicarem melhoria junto às autoridades municipal e estadual. As estratégias utilizadas pelo grupo Guardião para obtenção das reivindicações incluíram, dentre outros, manifestações com a presença de todas as comunidades do Eixo-forte, abaixo-assinados, encontro com os representantes do governo local, encontro de formação das lideranças locais e bloqueio de ruas.

A participação nas discussões ambientais é um grande destaque da pesquisa. 86% dos pesquisados já participaram de algumas discussões ambientais nas suas respectivas comunidades. Entre as atividades com a participação dos moradores, a Educação Ambiental se destacou. 82% dos entrevistados relataram ter participado do processo de EA promovido pelo grupo Guardião em suas comunidades.

A participação na área da EA despertou também o interesse pela leitura nas comunidades. Os moradores conseguiram construir sua própria biblioteca comunitária e, ligados à leitura, surgiram outros dois projetos:

projeto pedalandando e livro com pipoca. O primeiro tenta levar, de bicicleta caracterizada, livros às casas de moradores para que eles possam ter acesso facilitado. O segundo convida os moradores a lerem na biblioteca, oferecendo pipoca e lanche. Todos os livros foram adquiridos nas campanhas de arrecadação feitas nas comunidades e nas doações voluntárias.

CONCLUSÃO

O resultado deste estudo aponta que a capacidade de decidir sobre a própria vida é um dos objetivos estratégicos de participação de pessoas e comunidades. Só assim é possível desenvolver as capacidades necessárias para que obtenham reais transformações sociais. A participação deve contemplar tanto os níveis cognitivos, como psicológicos, econômicos e políticos. Para isso, é necessário que as pessoas e as instituições construam uma autoimagem positiva, desenvolvam capacidades para pensar criticamente e agir acertivamente, construam espaços e grupos colaborativos, promovam a tomada de decisões de forma horizontal e democrática e implementem ações em conjunto.

A participação não se dá de forma espontânea, e envolve, via de regra, um delicado jogo de interesses, nem sempre convergentes. Na pesquisa, a participação no processo educativo começou com as necessidades das comunidades, que eram prejudicadas pela falta de investimento público. Segundo Loureiro (2003), um dos entraves à participação é o aumento de conflitos em torno do processo de gestão ambiental. Existem conflitos de valores, de pontos de vista e de interesses entre a visão da sociedade e a visão dos gestores. Como conciliar, por exemplo, os interesses de uma ONG ambientalista com os de uma associação industrial? E que segmentos da sociedade devem participar de todo o processo? Quais são as possibilidades de acordos entre o poder público, o setor privado e a sociedade civil em relação ao uso dos recursos naturais? Quais instrumentos de participação devem ser adotados? Essas são perguntas que devem ser consideradas no processo de educação ambiental.

Mesmo quando a participação das comunidades nos projetos ambientais é alcançada, existe sempre o perigo de os interesses hegemônicos se apropriarem do jogo democrático, manipulando as lideranças com favores e contrariando os interesses da coletividade. Houve várias tentativas fracassadas dos partidos políticos de apropriar o grupo Guardiã em seu

interesse. Por isso, é necessária uma formação contínua e permanente dos membros por meio da educação ambiental crítica.

A participação local genuína só pode ser alcançada se as comunidades locais puderem tomar decisões que influenciem suas vidas e seu meio ambiente. Isso pode acontecer somente se as comunidades e os gestores dos recursos naturais puderem, desde o início dos projetos, dialogar, como verdadeiros aliados, rumo ao objetivo comum de uma gestão sustentável e protetora dos recursos naturais. Porém, na maioria dos casos, o que acontece é o contrário. Tratar as comunidades locais como aliadas de fato e possibilitar que participem da gestão de seus próprios recursos, decidindo sobre as metas de conservação e desenvolvimento, sem interferência externa, não tem sido objetivo da maioria dos planos de gestão de recursos naturais. Esta pesquisa é apenas parte de um estudo científico mais aprofundado acerca do tema da educação ambiental participativa na promoção da cidadania.

REFERÊNCIAS

- BAETA, A. M. B.; SOFFIATI, A; LOUREIRO, C. F. B. *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). 37ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- CARVALHO, I. C. M. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez, 2004.
- DALLARI, D. *Direitos humanos e cidadania*. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2004.
- FACHIN, O. *Fundamentos de metodologia*. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- GUARDIÃO. Regulamento do Concurso Comunidade Limpa, Comunidade Linda. Santarém: [s.n], 2003 (mimeo).
- _____. Concurso Arte Ecológica 2005. Santarém, 2005 (mimeo).
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- _____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- GOHN, M. G. M. A educação não formal e a relação escola-comunidade. *EcoS*. São Paulo, v. 6, n. 2, 2004, p. 36-65.
- _____. Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *Ensaio, revista avaliação política pública educacional*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan.-mar. 2006.
- GRUN, M. *Ética e educação ambiental: uma conexão necessária*. Campinas: Papirus, 1996.

- JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Caderno de Pesquisa*. São Paulo, n. 118, p. 189-205, mar. 2003.
- LEFF, E. *Epistemologia ambiental*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- LIMA, G. F. C. Educação, emancipação e sustentabilidade: em defesa de uma pedagogia libertadora para a educação ambiental, in: LAYRARGUES, P. P. (coord.). *Identidade da educação ambiental brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004, p. 65-84.
- LOUREIRO, C. F. *O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política*. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.
- _____. Educação ambiental transformadora, in: LAYRARGUES, P. P. (coord.). *Identidade da educação ambiental brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004, p. 65-84.
- _____. *Trajatória e fundamentos da educação ambiental*. São Paulo: Cortez, 2006.
- _____; AZAZIEL, M.; FRANCA, N. (org.). *Educação ambiental e gestão participativa em unidade de conservação*. Rio de Janeiro: Ibase/Ibama, 2003.
- MELO, G. P. *Educação ambiental para professores e outros agentes multiplicadores*. João Pessoa: Ibama, 2007.
- SATO, M; CARVALHO, I. (org.). *Educação ambiental: pesquisa e desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental, in: SATO, M; CARVALHO, I. (org.). *Educação ambiental: pesquisa e desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2005, p. 18-44.
- SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; FERRARO JÚNIOR, L. A. Educação ambiental como política pública. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio-ago. 2005.
- TACCONI, L. *Biodiversity and ecological economics: participation, values and resource management*. London: Earthscan, 2000.